



FORMULÁRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Em conformidade com a Proposta de Deliberação n.º 528/2025, tomada em reunião de Câmara realizada no dia 11 de junho, decorre por um período de 30 dias úteis, entre os dias 1 de julho e 11 de agosto, a fase de Consulta Pública do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Oeiras (2024-2030), “Oeiras + Igual”, conforme tornado público pelo Edital n.º 277/2025, da Câmara Municipal de Oeiras.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Pessoa coletiva

Denominação _____ NIPC _____
natureza _____ (Ex. Organização não governamental;
Instituição Social de Solidariedade Social, Associação de Moradores, etc.) com sede em
(Av./Rua) _____, n.º _____,
(Localidade) _____, (Código Postal) _____-_____,
nesta ato representada por (nome completo) _____,
titular do cartão de cidadão/passaporte/ titulo de autorização de residência n.º
_____, válido(a) até ____/____/_____, com domicílio profissional na morada
anteriormente identificada e o endereço de correio eletrónico profissional
_____.

1.2 Pessoa Singular

NomeCompleto _____
N.º de Cartão de Identificação/Passaporte/Titulo de autorização de residência:
_____, válido até ____/____/_____,
Endereço de correio eletrónico _____

2. PARTICIPAÇÃO (APRESENTAÇÃO DE OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES)

Nota: Envie a sua participação para o endereço de correio eletrónico pmindo@oeiras.pt ou entregue este formulário devidamente preenchido nos serviços de atendimento do Município de Oeiras.

Confirmo que li e comprehendi a Informação sobre o tratamento de dados pessoais
Oeiras, ____ de _____ de _____

Assinatura

INFORMAÇÃO SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

(Artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)

Responsável pelo tratamento – O Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público n.º 500 745 943, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras é o responsável pelo tratamento dos dados.

Finalidade de tratamento – Os dados pessoais recolhidos para efeito de participação escrita dos cidadãos no processo de elaboração e aprovação do Plano para a Igualdade e Não Discriminação de Oeiras (2024-2030), “Oeiras + Igual”.

Licitude do tratamento – A licitude do tratamento fundamenta-se nas competências materiais do Município, conforme alínea q) do n.º1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2021 que estabelece o Regime jurídico das autarquias locais, conjugado com as alíneas c) e e), do n.º 1, do artigo 6.º do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD).

Categorias de dados pessoais – O Município tem a necessidade de recolher dados de identificação e de contacto dos participantes, para efeitos de recolha e tratamento da respetiva participação, incluindo a possibilidade de estabelecer contacto via correio eletrónico, exclusivamente no âmbito do presente plano.

Transferência de dados – Os dados pessoais recolhidos serão objeto de tratamento pelo Município de Oeiras e/ou pelos seus subcontratantes, caso em que o tratamento de dados é regulado por contrato ou outro ato normativo, em conformidade com o disposto no artigo 28.º do RGPD.

O Município de Oeiras não transferirá, em caso algum, os seus dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, designadamente uma Embaixada ou organização de um país situado fora da União Europeia ou que não pertençam ao Espaço Económico Europeu, a menos que haja uma decisão de adequação adotada pela Comissão ou, no caso das transferências mencionadas nos artigos 46.º ou 47.º do RGPD, bem como a adoção de garantias apropriadas ou adequadas para que os titulares de dados gozem de direitos oponíveis e de medidas jurídicas corretivas eficazes.

Prazo de Conservação – O prazo de conservação dos dados pessoais é o que estiver fixado por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, o que se revele necessário para a prossecução da finalidade do tratamento de dados. Na ausência de uma norma legal específica, os dados recolhidos serão conservados pelos prazos previstos no Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local, aprovado pela Portaria n.º 112/ 2023, de 27 de abril.

Direitos do titular dos dados – O Município de Oeiras designou um Encarregado de Proteção de Dados para assegurar as relações com os titulares dos dados nas matérias abrangidas pelo RGPD e pela legislação nacional em matéria de proteção de dados.

O titular dos dados pode exercer, a todo o tempo e de forma gratuita, os seus direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais, através do endereço de correio eletrónico epd@oeiras.pt.

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente, nomeadamente à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Para mais informações, consulte a Política de Privacidade do Município de Oeiras.